

A natureza de Julia Lopes de Almeida em *Contos infantis* (1886) e em *A árvore* (1916)

RESUMO

Claudia Daniele Blum Santana
claudia95.santana@gmail.com
Universidade Federal do Paraná (UFPR),
Curitiba, Paraná, Brasil.

Nesse artigo, apresentarei como a natureza apareceu ao longo da carreira literária de Julia Lopes de Almeida, exemplificando a partir de sua obra ficcional e não ficcional. Em seguida, farei uma apresentação do livro *Contos infantis*, de 1886, de que analisarei o conto “Os morangos”, e do livro pedagógico *A árvore*, publicado por Julia e seu filho, o poeta Afonso Lopes de Almeida, em 1916, de que selecionei “Carnaúba” e “Luta ignorada” para análise. Nesses três textos, demonstrarei como os autores representam o trabalho com o meio natural a partir de uma leitura ecomarxista, para entender como eles abordam a relação natureza-trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Ecologia. Natureza. Julia Lopes de Almeida. Ecomarxismo.

INTRODUÇÃO

Julia Lopes de Almeida (1862-1934) foi uma escritora carioca de grande prestígio no Brasil da Primeira República. Ao longo de sua carreira, publicou romances, contos, crônicas, textos de costumes e obras infantis e pedagógicas ao lado de grandes nomes da Literatura Brasileira, como Olavo Bilac e Machado de Assis, sendo, ela própria, à época, entendida como um desses grandes nomes (TELLES, 2017).

Sua carreira se iniciou na década de 1880, quando a escritora, então em seus 20 anos, estimulada pelo pai e por sua irmã, a poeta Adelina Lopes Vieira, começou a escrever para o jornal *Gazeta de Campinas* crônicas sobre temas cotidianos (FANINI, 2018). Em 1886, estreia na cena literária nacional ao publicar, em conjunto com Adelina, o livro pedagógico *Contos infantis*, um material pensado para o ensino de Língua Portuguesa nas escolas. Julia assinava os contos que compunham a obra, e Adelina, os poemas, fato bem demarcado no Sumário. No ano seguinte, a obra foi adotada pelo Governo Federal para o ensino de Língua Portuguesa nas escolas primárias, e o livro passa por sucessivas reedições, fazendo com que a escritora estabelecesse uma base financeira sólida já no início sua carreira (DE LUCA, 1999).

Colaboradora assídua em jornais ao longo de sua vida, Julia escreveu sobre os mais diversos assuntos, dentre eles, a paisagem urbana, tema recorrente em suas crônicas. Um exemplo disso está na crônica publicada em setembro de 1897, pelo jornal *O paiz*, sob pseudônimo Ecila Worms. Ao comentar as impressões do escritor argentino João Chagas sobre o Rio de Janeiro, ela põe-se a defender a cidade de algumas afirmações feitas por ele, mas, também, as valida em outro momento, afirmando:

A minha mágoa também é ter de dizer a todos os pontos em que censura a fealdade do casario, e a das nossas ruas estreitas e mal calçadas, as palavras – tem razão! Anda a gente a cansar o peito em suspiros, à espera de que o sr. prefeito engrinalde a cidade de árvores bonitas, que mande calçar bem as ruas, que faça uma avenida ampla da cidade até Copacabana, do foco taciturno do comércio até o azul ilimitado do mar, que ajardine praças, que... sei lá! que embeleze a nossa bela terra, tão massacrada de coisas ridículas! e o tempo se passa e... nada se faz. Mas deixemos isso de parte; seria malhar em ferro frio (SILVA; DE LUCA, 2024, p. 283).

Nesse trecho, percebemos como a autora vê na arborização urbana um meio para embelezamento das cidades, visto que as árvores – bonitas – as “engrinaldariam”, e os jardins embelezariam a terra. O assunto se encerra com um tom resignado ao comentar a inércia política que circundava a questão, e logo ela retoma suas críticas às falas do argentino. Em 1906, quase uma década depois dessa crônica, a escritora se posiciona com opinião semelhante, afirmando:

A arvore é, entretanto, um recurso maravilhoso para o embelezamento facil e barato das vias publicas, e Deus sabe quanto as dessa zona batida de sol se sentiriam refrigeradas e agradecidas, se as ensombrassem com as copas redondas de arvoredos bem escolhidos. Ahi está outra coisa muito bem estudada em S. Paulo e muito digna de chamar a atenção de todo o viajante curioso e de apurado gosto: a aplicação das arvores no embelezamento da cidade. Parece-nos que não temos aqui senão o oiti, que é a variedade mais applicada nas nossas praças e ruas; lá, a cada alameda [...] corresponde, como toda a gente sabe, uma especie de planta differente, o que dá a cada uma

dellas um aspecto diverso e encantador. Se uma rua é toda plantada de eucalyptus [...], já outra ostenta só magnolias, ou platanos, etc. E todas essas arvores, que inquestionavelmente representam um dos maiores encantos da cidade, estão limpas, correctas, escovadas, como quem acaba de fazer a sua *toilette* com todo o esmero e vaidade (ALMEIDA, 1906, p. 2)¹.

Percebemos, nessas crônicas, uma preocupação de Julia com a natureza, mas uma que está ligada a um viés estético. Não apenas isto: ela enaltece a arborização paulistana da época, mas, ao fazê-lo, exalta espécies exóticas, inclusive o eucalipto, que hoje é considerada uma espécie invasora (RODRIGUES et al., 2021) em solo brasileiro. Percebemos, portanto, uma condicionalidade à sua proposta de arborização urbana: as árvores devem ser belas, e bem mantidas, ou seja, a partir do gosto e da intervenção humana.

Essa perspectiva utilitarista acerca da natureza permeou a percepção de intelectuais na Primeira República acerca da paisagem brasileira, passando a ditar uma nova relação natureza-pátria em um Brasil que começava a aspirar à industrialização e que, no afã de um suposto progresso, abandonava a visão idílica da natureza brasileira que o romantismo alencariano havia construído meio século (HANSEN, 2007). A ideia, no entanto, de formação de identidade nacional persistia, mas pautada em um Brasil do futuro, segundo os ideais positivistas (CAMPOS, 2021). Na obra de Julia, utilidade e preservação irão aparecer concomitantemente, não entendidas como visões paradoxais. Um exemplo disso está no capítulo que redigiu ao Instituto Histórico Geográfico, intitulado “Scenas e paizagens do Espirito Sancto”:

[Os jornais] agravam-me a expectativa, comentando com acrimonia um contracto de madeiras firmado pelo Governo do Espirito Sancto com uma firma estrangeira, em que, segundo dizem, as florestas famosas desse Estado serão devastadas, pondo a nú a terra e amesquinhando os mananciaes dos rios. Eu, que sou uma defensora das florestas, toda me sinto arrepiar a esses commentarios (ALMEIDA, 1913, p. 178).

Nesse trecho, percebemos que a autora se posiciona contra a intervenção na paisagem natural, embora ela esteja se referindo a um ambiente não urbano, se posicionando contra uma decisão economicamente positiva, mas que traria danos à natureza daquele local. Ao consultar o capítulo “As árvores” de seu *Livro das Donas e Donzellas* (1906), percebemos que a autora entende o papel da árvore a partir de outro viés: primeiro, retoma relação cultural e histórica entre o ser humano e as árvores desde tempos longínquos, retomando as tradições romanas, gregas e bíblicas. Em um segundo momento, põe-se a comentar a situação do Brasil naquele período: um lamentável abandono, criticando a arborização na cidade do Rio de Janeiro de algodoeiros. Ela os acusa de serem pouco estéticos, e questiona-se acerca de qual árvore artistas elegeriam para a paisagem carioca. Menciona, com apreço, as palmeiras, por julgá-las símbolo da *identidade nacional*, mas reconhece que não poderiam ser usadas para este fim, devido ao espaço que demandam. Assim,

As palavras da autora, que ecoam um pensamento de base iluminista que associou estética, moral e higiene à civilização, expresso, sobretudo, pela sugestão de que a exposição de flores tem potencial purificador, cujos efeitos atuam tanto sobre a cidade, como sobre a moral de sua população, indicam a inserção da natureza em um projeto de modernização de caráter estético, político e pedagógico levado a cabo por ela (CAMPOS, 2021, p. 66).

Ressoam, ainda, o ideal progressista e utilitarista que permeava a Primeira República, de modo que a autora reproduz o pensamento antropocêntrico que entende o humano como diferente da natureza e, portanto, superior a ela, podendo modificá-la (ao selecionar e manter as árvores de determinado modo) de acordo com sua vontade (SILVA, 2020). Ao mesmo tempo, porém, a autora entende a natureza como um sistema autônomo, no qual uma única interferência gerará diversas intercorrências (entendendo que cortar as árvores influenciará na qualidade da terra e no ciclo da água na região). Ou seja, Julia demonstra aqui uma compreensão ecológica da natureza.

O apreço da autora por esse tema não aparece apenas em sua escrita não ficcional; a árvore, o jardim e a natureza aparecem como tema e cenário em diversos contos e romances, onde a natureza civilizada e produtiva se apresenta como um refúgio moral aos personagens. Assim, a escritora enaltece o espaço natural, reforçando suas concepções iluministas sobre a natureza e seu papel civilizador, como já vimos, de modo que arborizar as cidades seria, também, moralizá-las e higienizá-las no Brasil República que ela via florescer.

Um exemplo desse refúgio encontramos em *A viúva Simões* (1897), na casa da protagonista Ernestina e de sua filha, Sara, que moram em uma chácara em Santa Theresa, onde há horta, pomar, e uma vista privilegiada do mar do Rio:

Sara recordava isso, olhando [...] os tamarindeiros, salpicados com florinhas amarelas, e os pessegueiros, de um verde cinzento; mais as figueiras, as ameixeiras, os cajueiros, as árvores de abricó, das carambolas, da fruta-do-conde, do abacate, as amendoeiras enormes e as bananeiras airosas confundiam-se, unindo as ramas, confundindo os matizes do verde mais claro até o verde mais negro (ALMEIDA, 2019, p. 59-60).

Em *A falência*, Ruth, a jovem artística de catorze anos da família Teodoro, volta e meia sai ao quintal para tocar seu violino. Conforme conta sua mãe, Camila, a outra personagem: “Não sei como se arranja, mas a verdade é que se encarrapita nas arvores com o seu violino; e faz gosto ouvil-a tocar lá em cima. Diz que é para fazer concertos com os passarinhos” (ALMEIDA, 1901, p. 81).

Percebendo a recorrência desse tema tanto em na obra ficcional e quanto nas crônicas de Julia, busquei entender como isso apareceria em sua obra pedagógica. Desse modo, recorri à sua primeira obra publicada, *Contos infantis* (1886), de que analisarei o conto “Os morangos”, e ao livro *A árvore* (1916), de que escolhi “Carnaúba” e “Luta ignorada” para entender como a escritora trabalha o tema da natureza e da árvore na pretensão de atingir o público infantil, abordando não apenas o elemento natural, mas também o trabalho que o cerca, a partir de uma leitura ecomarxista.

“OS MORANGOS”, DE CONTOS INFANTIS

No conto “Os morangos”, narra-se a história de Maria, “uma brutinha, filha de um jardineiro” (VIEIRA; LOPES, 1886, p. 35), que teria oito anos e que ajudava o pai no ofício, embora ele não permitisse que ela participasse da colheita. O jardineiro tomava esse cuidado, pois ela tinha vontade de provar as frutas e o jardim, mesmo recheado de pessegueiros, parreiras, macieiras e ameixeiras, era pequeno “e o patrão, conforme afiançava o jardineiro, contava até... as amoras!” (VIEIRA; LOPES, 1886, p. 35).

Certo dia, ela estava com seu pai, o qual colhia morangos a mando do patrão, “que estava ali em pé, como um polícia, o maldicto do homem! Ella tinha-lhe medo, um medo de fazer tremer” (VIEIRA; LOPES, 1886, p. 36). Foi, porém, incitada pelo homem a ajudar o pai a colher morangos. “D’esta vez, pensava ella comsigo, eu como um morango, novo, bem madurinho e gostoso... e dava estalinhos com a lingua e lambia os beijos” (VIEIRA; LOPES, 1886, p. 36).

Maria obedeceu prontamente à ordem, devido ao medo, e também por achar que “o patrão recompensaria o seu trabalho [...]. Elle sentára-se perto, mandára vir um prato e entretinha-se e armar em pyramide os morangos, *que tanto ella como o pae colhiam*” (VIEIRA; LOPES, 1886, p. 36-37, grifo nosso). Conforme avançava em sua colheita, Maria ia perdendo a esperança quanto à “recompensa”, convencida de que não era sensato esperar pela caridade de alguém que já se provava tão egoísta. Sob essa justificativa, decidiu deixar um morango no pé, escondendo-o com folhas, para que passasse despercebido e ela pudesse ir, depois, colhê-lo para si.

Antes de mandar levarem os morangos para a casa, o patrão pediu que o jardineiro fizesse mais uma vistoria, e nessa ocasião o pai acabou encontrando aquele que a filha escondera. Isso a deixou revoltada, pois, para ela, tratava-se de *sua* fruta. Depois disso, aproveitando que o patrão saíra à rua, e o pai passara a regar as roseiras, Maria entrou sorrateira na casa da família, procurando pela bandeja de morangos, que foi encontrar “n’uma bella sala de jantar cheia de aparadores, porcelanas finas e umas estatuas alegres de terra cota” (VIEIRA; LOPES, 1886, p. 38).

A criança, vendo-se sozinha, inclinou-se à bandeja, pegou “seu” morango e o comeu, deliciada – mas ainda não satisfeita. Ao estender a mão novamente para as frutas, ouviu algo atrás de si, e, no susto, recuou, derrubando, com o movimento, todos os morangos no chão. Atrás de si, estava Lucia, a filha mais velha do patrão, que vira toda a situação, e logo chegou também a matriarca, inquirindo quem havia derrubado aquelas frutas. Lucia mente, assumindo para si a responsabilidade, e a mãe a desculpa prontamente.

Há um pequeno epílogo à história, afirmando que, por um longo tempo depois desse episódio, Lucia passou a dividir sua parte das frutas com Maria. A voz narrativa, no entanto, ressaltou que, no momento presente, era Maria quem levava a Lucia frutas do pomar de seu pai jardineiro, o qual adquirira uma pequena propriedade, já que o pai de Lucia havia falido².

Nesse conto, o tema caro à autora das hortas e dos pomares urbanos aparece, mas através da perspectiva de uma criança da criadagem. Ressalto que o livro foi publicado em 1886, ou seja, dois anos antes da abolição da escravidão e, portanto, há a possibilidade, embora não haja indicação, de que se tratasse de uma criança preta ou parda, filha de pai escravizado. Na situação de Maria, no entanto, a cor não faria tanta diferença quanto sua classe social, pois, no Brasil,

A infância pobre sempre trabalhou. Na Colônia e no Império, crianças escravas e até as livres foram sempre empregadas por seus donos, pais, tutores, mestres artesãos e mesmo pelo Estado em suas instituições. A partir do final do século XIX, trabalhavam para os “capitalistas” do início da industrialização, como ocorreu com as crianças órfãs, abandonadas e desvalidas e que também eram empregadas pelos grandes senhores de terras. Em unidades domésticas de produção agrícola ou artesanais, em casas

de família e nas ruas, garantiam seu sustento e de suas famílias (SOARES, 2017, p. 50).

Embora Maria não estivesse trabalhando para sustentar sua família, há indícios de que seu trabalho era esperado, talvez como uma justificativa à sua presença ali na casa do patrão. A princípio, ela acompanhava seu pai, e esse não lhe pediu ajuda. Quem a incita ao trabalho é o patrão: “Anda, pequena, ajuda teu pae” (VIEIRA; LOPES, 1886, p. 36). Soares afirma ainda, sobre o trabalho infantil nesse período, que, por ser comum às mulheres mais velhas exercerem funções diversas e autônomas na sociedade, isso fez com que “as pequenas pudessem trabalhar nas mais variadas atividades, tais como lavadeiras; engomadeiras; mucaminhas; costureiras; cozinheiras, entre outras. Exerciam as mesmas funções de uma doméstica adulta, mas com os salários menores ou inexistentes” (SOARES, 2017, p. 99).

Vemos essa disparidade ressoar no caso de Maria, cuja remuneração esperada por seu trabalho era um único morango – e nem este veio. Além disso, a relação de trabalho com o patrão se constrói, desde o início da história, a partir do medo “de tremer” que ela sentia dele, motivo pelo qual, quando ela recebe a ordem de ajudar o pai na colheita, “curvou-se imediatamente e com as suas mãosinhas trigueiras ia afastando a folhagem orvalhada e fresca para colher os morangos” (VIEIRA; LOPES, 1886, p. 36).

Em sendo uma obra infantil, ao final ressoa uma “moral da história” diferente do que se poderia esperar. Ao invés de a voz narrativa punir Maria, tendo por desfecho uma moral que condene o ato do furto, há uma advertência aos leitores em posição privilegiada. Isso faz sentido, quando se considera que a educação básica no Brasil daquele momento era acessível a uma elite reduzida, e que 82,7% da população brasileira, em 1872, era analfabeta (FERREIRA; CARVALHO, 2014). Era mais provável, portanto, que a história chegasse a uma Lucia que a uma Maria, de modo que a lição de moral se torna menos sobre o furto, esquecido no epílogo, e mais sobre a necessidade de se ter empatia com o outro, nem que seja pelo fato de existir a possibilidade de, um dia, vir a ser esse outro, como no caso de Lucia.

Nem mesmo nas reedições posteriores, quando se acrescentam perguntas ao material didático para nortear o trabalho docente, sugere-se o furto como a falha moral de Maria. O único juízo de valor mencionado nas perguntas se resume a questionar “6º – Que se entende por *peccado da gula*? 7º – Qual é a virtude contrária á gula?” (VIEIRA; ALMEIDA, 1910, p. 36).

No quesito representação da natureza, neste conto, as árvores figuram, novamente, a partir de sua utilidade: fornecer frutas para a alimentação humana. Já no primeiro parágrafo, a voz narrativa faz conhecer “os pecegueiros vergados ao peso da fructa, já amarella, carnuda, appetitosa... ao ver os cachos de uvas, negras, vidradas, pendentes d’entre a folhagem de um verde claro e macio da pequena parreira, e os grupos doirados das ameixas, e as maçãs vermelhas e lustrosas...” (VIEIRA; LOPES, 1886, p. 35).

A princípio, o olhar ainda percebe os pessegueiros e as parreiras, mas, posteriormente, vê apenas as ameixas e as maçãs, talvez acompanhando o deslumbramento de Maria pelas frutas que a cercavam, já que se trata de uma narrativa em terceira pessoa perpassada pelo discurso indireto livre. Contudo, o ambiente natural, quase idílico, se forma a partir dessas árvores, que fornecem os frutos desejados por Maria – bem como se constitui no local de trabalho que

sustentava a ela e a seu pai. É curioso, inclusive, que o patrão tenha montado uma pirâmide de morangos, justamente um símbolo que remete ao “crescimento vivo – talvez essa expressão seja a que melhor exprime o simbolismo global da pirâmide” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1982, p. 721), acentuando a diferença entre o poder de acúmulo do patrão, dono da terra, e da menina, uma trabalhadora informal.

Vê-se, portanto, no conto, além de um retrato do trabalho infantil daquele período, quando essa prática ainda era normalizada, uma denúncia da inequidade do acesso aos produtos do trabalho, ao apontar o fato de que Maria trabalharia sem receber nada em troca – nem um salário, nem uma recompensa, já que, em sua perspectiva de criança, bastaria um único morango como pagamento. Por se tratar de uma história infantil, o tema é tratado com uma linguagem acessível, e ressoa uma das questões abordadas pelo ecomarxismo, corrente dos Estudos Ecocríticos que surge não de uma tentativa de leitura marxista da ecologia, mas, sim, uma leitura ecológica do marxismo, já que nas reflexões de Marx acerca do impacto do capital o impacto ecológico encontrou pouco espaço (LIEVENS, 2010).

Assim, a partir da filha do jardineiro que é impelida a auxiliá-lo em seu trabalho, e tem a si negado da parte do patrão uma recompensa justa, podemos perceber um dos pilares ecomarxistas de que “‘escassez’ não é um simples fato objetivo do mundo natural, mas uma função da vontade e dos meios do capital: dos fins que norteiam a produção das tecnologias que a facilitam” (GARRARD, 2006, p. 48). Os meios, no caso do conto, seriam a própria posse da terra por parte do patrão, através de que o jardineiro pode exercer seu ofício – o qual, igualmente à sua filha, permanece sem ter acesso aos literais frutos de seu trabalho.

Em outras palavras, há no conto uma denúncia de um conflito estrutural oriundo das relações de trabalho naquele momento, um que antecedia à abolição da escravidão e à instituição do trabalho livre. Esse conflito irá reaparecer no texto “Luta ignorada”, de *A árvore*, livro que analisarei brevemente a seguir.

A ÁRVORE

O livro *A árvore* foi publicado em 1916 pela prestigiada editora Francisco Alves e foi escrito por Julia Lopes de Almeida em conjunto com seu filho, Afonso Lopes de Almeida, tendo contribuição ainda de três textos do esposo, o poeta Filinto Lopes de Almeida (CAMPOS, 2021). Ao contrário de em *Contos infantis*, onde no Sumário separava-se a autoria dos textos, nesse, não há discriminação específica. É possível presumir que os textos em prosa sejam de autoria de Julia e os em verso, de Afonso, por sua carreira poética já consolidada, mas, por não haver distinção, opto por me referir a ambos os escritores ao me referir à autoria dos textos.

Nessa obra, escrita sob a demanda da Diretoria Geral de Instrução de São Paulo, e que logo foi adotada no sistema público de ensino de Porto Alegre (CAMPOS, 2021), há uma coletânea de textos de diversos gêneros que versam sobre árvores, com destaque a espécies nacionais, composto por contos, poemas, provérbios, textos pedagógicos, e, algo incomum para livros da época, fotografias, as quais chegavam a ocupar páginas quase inteiras. Mesmo a 8ª edição de *Contos infantis*, também de propósito pedagógico e saída seis anos antes, havia apenas ilustrações simples e diminutas³.

Ao longo dos textos que compõem o livro, os autores demonstram uma compreensão ecológica da natureza, ressaltando, por exemplo, no texto “As florestas e os vendavaes”, que “Em todos os países onde é grande a devastação das florestas são consideráveis os perigos causados pelos furacões [...]. Os formidáveis ciclones dos Estados Unidos, que tantos danos produzem, são principalmente causados pela devastação dos bosques desse país industrial” (ALMEIDA; ALMEIDA, 1916, p. 31). Embora saibamos hoje que há também outras questões envolvidas nos ciclones que afetam os Estados Unidos, em Moçambique, por exemplo, recentemente se estudou as florestas como potenciais redutores do impacto dos ciclones na agricultura de subsistência do país (LASSE, 2023).

Assim, tanto Julia como Afonso revelam uma compreensão da natureza enquanto organismo, ou seja, uma compreensão básica para a ecologia atual (LIEVENS, 2010), que extrapola as questões meramente estéticas que a autora apresentava em suas crônicas nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX. Essa compreensão reaparece ao longo dos textos, e destaco o trecho de “A ruína, pelo desaparecimento das florestas”, onde afirmam que

O globo terrestre é um imenso *organismo* de algum modo vivo, cujas partes têm funções interdependentes, mas que de alguma forma se comunicam e auxiliam intimamente entre si. Não se pode alterar e suprimir uma simples peça desta máquina colossal, sem que todo o organismo se ressinta [...]. A floresta regulariza os extremos da temperatura; o seu solo é mais quente no inverno e mais frio no verão que o das terras descobertas (ALMEIDA; ALMEIDA, 1916, p. 178, grifo nosso).

Dessa forma, apontam, já no início do século XX, a correlação entre a arborização e o equilíbrio climático, algo que, hoje, podemos defender com base em dados e em diversos estudos científicos (RODRIGUES et al., 2021). E, embora *A árvore* tenha sido um livro inovador no sentido de ser uma obra pedagógica inteiramente dedicada à ecologia, ou, ao menos, à árvore como seu símbolo, o discurso ecológico já circulava no Brasil naquele período, tendo sido um tema abordado também por outros autores (CAMPOS, 2021). Era uma preocupação, portanto, que já ocupava os intelectuais brasileiros, mesmo que esforços sistêmicos contra as alterações climáticas do antropoceno só fossem tomar força no final do século XX.

Há, porém, outra dimensão das árvores nativas que os autores trazem ao longo da obra, em especial, seu papel central na vida de comunidades rurais. Para analisar esse aspecto, trago uma análise dos contos “Carnaúba” e “Luta ignorada”.

FIGURA 1 – CARNAÚBA



Carnaúba

FONTE: Almeida e Almeida (1916).

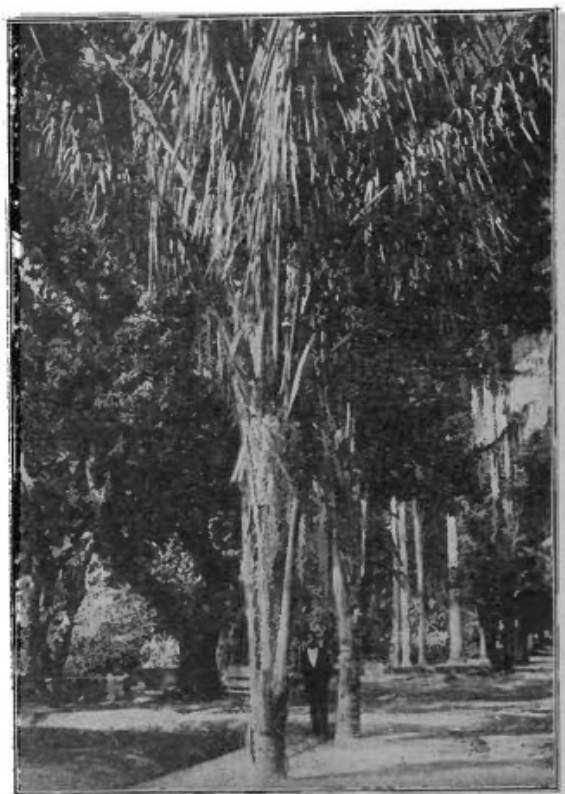
Em “Carnaúba”, os autores mencionam a palmeira nordestina, fazendo uma descrição da importância que essa palmeira tem à cultura nordestina por sua participação múltipla na vida sertaneja: “Do seu cáule fazem-se os esteios, os cáibros, as ripas que sustentam as casas dos sertanejos, bem como as tábuas de que se compõem os seus móveis [...]. As folhas, quando verdes, fornecem alimento para o gado; quando secas, são aproveitadas para a cobertura das casas” (ALMEIDA; ALMEIDA, 1916, p. 17). Mencionam a importância de seu coco como fonte de alimento e de hidratação em meio à seca do sertão, e as raízes por suas propriedades medicinais. Afirmam, ainda, que, sem a carnaúba, muitas pessoas teriam morrido de fome e de sede, já que, como o juazeiro e o babaçu, seria uma das poucas plantas resistentes às aquelas condições climáticas.

Vemos nesse texto, de caráter informativo, o papel importante da carnaúba para a comunidade humana que a cerca, constituindo sua vida a partir de diversos ângulos, permitindo, por fim, que se exista naquela região. Mais do que uma convivência com tal árvore, os autores narram uma interdependência daquela comunidade com ela. Não há como negar, porém, que aqui volta a aparecer a perspectiva utilitarista da natureza que vimos na Julia da virada do século: a importância da carnaúba em servir de matéria-prima à comunidade humana que dela se serve, sem aludir a possíveis animais e insetos que dela dependem – para além do gado mencionado, que também é criado para servir ao consumo humano. Ou seja, a natureza é mencionada, novamente, “com vistas ao seu aproveitamento prático e imediato” (SEVCENKO, 2009, p. 91).

Os autores, porém, nesse conto, não partem da visão progressista comum à época que reduzia “essa percepção da natureza através das lentes do mercado”

(HANSEN, 2007, p. 137), pois não há um enaltecimento do papel econômico da carnaúba, mas, sim, da sobrevivência diária que proporciona à população à sua volta, em um ambiente tão hostil. Ao contrário, porém, do que afirmam no primeiro texto em prosa que aparece no livro, sugestivamente intitulado “O pau-brazil”, no qual afirmam que “o Brasil deve á árvore toda a sua prosperidade. Não só a riqueza nos vem dela, com a exploração do café, do algodão, e da borracha, como dela nos vem a água dos nossos rios, do imenso Amazonas, o maior da Terra, que fecunda todo o Norte do país” (ALMEIDA; ALMEIDA, 1916, p. 10). A dimensão econômica, aqui, está dada pelos autores, que finalizam o texto ressaltando que, ao nos afirmarmos brasileiros, falamos da pátria, mas, também, de uma árvore – a que representou o primeiro produto de valor comercial em nosso território.

FIGURA 2 – PIAÇABA



A Piaçaba

FONTE: Almeida e Almeida (1916).

Em “Luta ignorada”, os autores narram a colheita da piaçaba, às margens do Rio Negro, no Amazonas, para a produção de vassouras. Eles ressaltam: “O Sol queima-os [os coletores], através da vaporização ardente da floresta; nuvens de mosquitos zumbem aos seus ouvidos [...] e eles caminham, na ânsia da almejada colheita, desprezando dificuldades e perigos” (ALMEIDA; ALMEIDA, 1916, p. 45). Em seguida, afirmam:

A palmeira da Piaçaba é atacada á unha: os homens levantam os braços e arrancam-lhe ás mãos ambas os longos fios pretos da cabeleira, que toda se enreda desgrehada e hirsuta pelo tronco acima. O vegetal atacado vinga-se da afronta fazendo cair sobre os assaltantes um pó negro de húmus seco e

folhas pulverizadas, que se lhes mete pelos cabelos, que os sufoca, entupindo-lhes as ventas e entrando-lhes pela boca, ou que lhes inflama os olhos como cinza quente. E, com a nuvem de pó, desce outra, de miríades de insectos visíveis e invisíveis, que lhes dão ferroadas e lhes cobrem a pele de imundície e de um prurido desesperador (ALMEIDA; ALMEIDA, 1916, p. 47).

Há, nesse trecho, o maior do texto, uma descrição minuciosa do processo de colheita desse material, que não se furta a comentar as diversas intempéries a que os coletores (que eles chamam de “miseráveis matutos” (ALMEIDA; ALMEIDA, 1916, p. 45)) estão expostos. Nesse caso, há a representação de um cenário que difere ao do apresentado em “Carnaúba”, pois esses trabalhadores – tão perpassados pela informalidade que eram referidos apenas como “matutos” – não colhem a palha da piaçaba para si, como ressaltam no parágrafo seguinte: “Depois de limpa e de enfardada, a piaçaba (ou piassava) segue o destino das fábricas de escovas, capachos e vassouras. É material de preço barato, e que mal dá para o sustento daqueles que com tanto sacrifício o vão buscar á margem dos rios fundos e perigosos” (ALMEIDA; ALMEIDA, 1916, p. 47, grifo nosso).

Embora seja uma foto da palmeira a ilustração escolhida, o texto fala sobre os trabalhadores que a cercam – mesmo o título não a menciona, e sim, à “luta ignorada” que a envolve. Desse modo, os autores, como em “Carnaúba”, partem de um viés utilitarista ao colocar a árvore como uma fonte de matéria-prima, mas denunciam uma relação outra que permeia a vida desses coletores: o capital. Enquanto a carnaúba é colhida em sua totalidade para a sobrevivência familiar, a colheita da piaçaba se dá a um alto custo físico para esses trabalhadores – que sofrem com o calor, com insetos, e com o pó que se escapa às palmeiras – e a um baixo retorno financeiro, pois, por ser matéria-prima, vendem por um valor baixo, que mal consegue sustentar suas vidas.

Ao fazerem essa denúncia, questões trabalhadas no conto “Os morangos”, de Julia, voltam a aparecer, denunciando, novamente, “o conflito estrutural entre os trabalhadores e os donos dos meios de produção, no qual estes últimos extraem a mais-valia criada pelo trabalho do proletariado” (GARRARD, 2006, p. 49).

Não há como deixar de notar que, nessa obra, os escritores privilegiam árvores nacionais nessa obra, contrapondo o enaltecimento que a autora fizera em 1906 acerca dos eucaliptos e dos plátanos para a arborização urbana. Embora também mencionem árvores estrangeiras, são as nacionais as que contam com fotografias, o que, para os fins didáticos a que o livro se propõe, tornam-se de grande relevância, visto que, apenas nos exemplos de “Carnaúba” e “Luta ignorada” temos uma palmeira do sertão nordestino e outra da Floresta Amazônica. Datas as dimensões continentais do Brasil, e lembrando que essa obra foi adotada no Rio Grande do Sul, entendemos não apenas a necessidade, mas o impacto de ter registro fotográfico dessa flora, tornando as árvores brasileiras acessíveis a todos os brasileiros que liam, independente das regiões onde houvessem nascido.

Para finalizar essa seção, trago as palavras dos autores no conto “Exercício de memória”:

Nós brasileiros, ufanamo-nos muito da natureza da nossa Pátria mas entretanto poucos de nós conhecem até mesmo as suas árvores, e o valor que elas representam! Passeai com qualquer indivíduo estrangeiro pelos parques ou bosques da sua terra, e ele vos indicará sem hesitação o nome das suas árvores, citando-lhes as qualidades mais notáveis. Inqueridos por alguém, em passeios idênticos, sobre o mesmo assunto, ficaríamos

embaraçados na resposta, e acabaríamos por confessar a nossa humilhada ignorância (ALMEIDA; ALMEIDA, 1916, p. 173-174).

Arrisco afirmar que, se o livro de Julia e de Afonso não poderia sanar sozinho essa lacuna, ao menos pretendia dar um primeiro passo nessa direção. Seu conteúdo, que reunia diversos assuntos e temas em seus contos, textos informativos, provérbios, poemas e fotografias, demonstra o grande esforço de seus autores para serem justos nesse panorama a que se propuseram. Afinal, as relações que estabelecemos com as árvores são também históricas e culturais e, portanto, apresentar árvores brasileiras a seus leitores é, também, apresentar as diversas culturas que a cercam – inclusive, as de trabalho.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Julia Lopes de Almeida foi uma escritora que não se furtou a comentar os assuntos de seu tempo, e desde o princípio mostrou-se uma intelectual interessada em assuntos concernentes à natureza, entendendo-a como local de idílio e de refúgio na sua ficção, e como meio de melhorar a qualidade de vida nas cidades, na crônica. Apesar disso, Julia era, nessa e em outras questões, uma mulher de seu tempo, e entendia ainda a natureza a partir de uma visão antropocêntrica do mundo, abordando-a de forma utilitária, ao mesmo tempo em que defendia a sua preservação, como no caso das florestas do Espírito Santo.

Tanto no conto “Os morangos”, do início de sua carreira, como nos contos “Carnaúba” e “Luta ignorada”, temos uma perspectiva da natureza entrelaçada a questões trabalhistas, já que a natureza não se modifica sem que uma força de trabalho haja sobre ela. Nesse sentido, tanto Julia quanto Afonso apresentam alguns vislumbres de quem compunha essa força de trabalho no Brasil da Primeira República e de quais as suas condições de produção, tornando possível uma leitura ecomarxista desses contos, já que o trabalho e a natureza estão entrelaçados neles.

Por fim, mesmo que haja um viés utilitarista na percepção das árvores e da natureza ao longo da obra de Julia, os ideais que defendia ainda dialogam com um ideal de preservação do planeta e com a necessidade de políticas públicas que intervissem nessa questão. Ambas as questões permanecem, ainda, atuais nesse cenário de capitalismo tardio, quando ainda travamos, ao falar de ecologia e de preservação, a nossa própria luta ignorada.

Julia Lopes de Almeida's representation of nature in *Contos infantis* (1886) and *A árvore* (1916)

ABSTRACT

In this article, I will demonstrate how nature was present in the literary work of Julia Lopes de Almeida, exemplifying it through her fictional and non-fictional writings. Then, I will present the book *Contos infantis* (1886), from which I analyze the short story "Os morangos", and the pedagogical book *A árvore*, published by Julia and her son, the poet Afonso Lopes de Almeida, in 1916, from which I selected the texts "Carnaúba" and "Luta ignorada" for analysis. In these three texts, I will examine how the authors portray the work surrounding the natural environment through an eco-Marxist lens to understand how they approach the nature-work relation.

KEYWORDS: Ecology. Nature. Julia Lopes de Almeida. Eco-marxism.

NOTAS

1 - Optei por manter a grafia original em todas as citações dos textos de primeira edição da autora, almejando a uma fidedignidade ao que ela publicou.

2 - Digno de nota é o fato de o desfecho dessa história voltar a aparecer na obra da escritora na obra *A falência*, personificado na trajetória da sobrinha da matriarca, Nina, que passa a integrar o núcleo familiar como uma espécie de governanta. Ela, que sempre sofria privações, invisibilidade e até agressões na família, passa de subalterna no Palacete Teodoro à dona da casa onde vão morar as mulheres da família Teodoro, após a falência e o suicídio do patriarca, em semelhante reviravolta que acometeu Maria e Lucia.

3 - Infelizmente, nesse espaço, não poderei estender uma análise sobre o interessantíssimo projeto gráfico de *A árvore*, mas ressalto que ele se constitui um objeto rico de análise, sobre os quais poderão versar pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Julia Lopes de; ALMEIDA, Afonso Lopes de. *A árvore*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

ALMEIDA, Julia Lopes de. Scenas e paisagens do Espirito Sancto. *Revista do Instituto Geográfico Brasileiro*, v. 75, n. 2, Rio de Janeiro, 1913.

_____. *Dois dedos de prosa*. O paiz, Rio de Janeiro, 03 maio 1906, v. 26, n. 9341.

_____. *A fallencia*. Rio de Janeiro: A Tribuna, 1901.

_____. *A viúva Simões*. Jandira: Ciranda Cultural, 2019.

CAMPOS, Aline Castilho Alves. *Senhoras do pomar: natureza e mulher em A árvore* de Julia Lopes de Almeida. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

DE LUCA, Leonora. O “feminismo possível” de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). *Cadernos Pagu* v. 12, 1999, p.275-299.

FANINI, Michele Asmar. Júlia Lopes de Almeida em cena: notas sobre seu arquivo pessoal e seu teatro inédito. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 71, p. 95-114, dez. 2018.

FERREIRA, Ana Emília C. S.; CARVALHO, Carlos H. de. Escolarização e analfabetismo no Brasil: estudo das mensagens dos presidentes dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte. In: Encontro de pesquisa em educação do centro-oeste. *Anais...*, v. 12, p. 30-45, 2014.

GARRARD, Greg. *Ecocrítica*. Brasília: Editora UnB, 2006.

HANSEN, Patrícia Santos. Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LASSE, Nehemias. Potencial dos ecossistemas (florestas) na redução da vulnerabilidade climática dos meios de subsistência em Moçambique: caso do ciclone tropical Freddy. *Observatório meio rural*, Maputo, 2023.

LIEVENS, Matthias. *Towards an Eco-Marxism*. Bélgica, 2010.

RODRIGUES, Gelze S. de S. C.; ROSS, Jurandyr L. S.; TEIXEIRA, Georgia; SANTIAGO, Oberdan R. P. L.; FRANCO, Camila. *Eucalipto no Brasil: expansão geográfica e impactos ambientais*. Uberlândia: Composer, 2021.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Ana Claudia Suriani da; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). Julia Lopes de Almeida (Ecila Worms): A moda (1892-1901). Campinas: Editora da FE – Unicamp, 2024.

SILVA, Ana Carolina T. P. da. Os animais na Literatura Brasileira: do imperialismo ecológico ao animal enquanto sujeito. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. 280 p.

SOARES, Aline Mendes. *Precisa-se de um pequeno: o trabalho infantil no pós-abolição no Rio de Janeiro 1888-1927*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas e escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: EdUSP, 2017.

VIEIRA, Adelina Lopes; LOPES, Julia. *Contos infantis*. Lisboa: Typografia Mathos Moreira, 1886.

VIEIRA, Adelina; ALMEIDA, Julia Lopes de. *Contos infantis*. 8. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Laemmert, 1910.

Recebido: 30 abril. 2025

Aprovado: 2 nov. 2025

DOI: 10.3895/rl.v27n50.20203

Como citar: SANTANA, C.D.B. A natureza de Julia Lopes de Almeida em Contos infantis (1886) e em A árvore (1916). R. Letras, Curitiba, v. 27, n. 50, p. 96-112, jan./jul. 2025. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rl>>. Acesso em: XXX.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

